

OSMAR, H. R. S.; STEPHAN, I. I. C. SEGREGAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: o estigma de Ribeirão das Neves/MG. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.2, p. 128 – 144, mai/ago, 2015.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: o estigma de Ribeirão das Neves/MG

SEGREGATION SOCIO-SPATIAL IN THE METROPOLITAN AREA OF BELO HORIZONTE: the stigma of Ribeirão das Neves/MG

SEGREGACIÓN SOCIO-ESPACIAL EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: el estigma de Ribeirão das Neves/MG

Osmar Henrique Ribeiro da Silva¹

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan²

RESUMO

O crescimento urbano de Belo Horizonte é um processo de expansão populacional e territorial para além dos limites do município. O objetivo desse trabalho é analisar o processo de segregação socioespacial que se expressa na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e investigar o processo de expansão periférica em direção ao Município de Ribeirão das Neves. A análise do processo tem como referência a formação do município de Neves baseada na implantação das penitenciárias e dos loteamentos populares, exemplificando a lógica da estruturação centro-periferia. Para a pesquisa foi realizado o levantamento documental e bibliográfico sobre o tema em artigos, revistas e demais dados do IBGE e da Fundação João Pinheiro. Através da pesquisa teórica foi observado um crescimento rápido e expressivo da malha urbana da RMBH, evidenciando um fenômeno de desigualdade socioespacial nesse espaço intrametropolitano. Constatou-se que a segregação socioespacial representa uma das dimensões mais expressivas desse fenômeno, encontrando principalmente nos municípios periféricos metropolitanos sua máxima, no caso em questão Ribeirão das Neves. Nesse município observou-se a implantação de loteamentos irregulares, juntamente com a implantação de unidades prisionais, favorecendo um cenário atual de um baixo grau de desenvolvimento destinado à população de baixa renda e de uma paisagem homogênea onde é notável a ausência de infraestrutura adequada.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segregação socioespacial. Periferia Metropolitana. Ribeirão das Neves.

ABSTRACT

The urban growth of Belo Horizonte is a process of population and territorial expansion beyond the city limits. The aim of this study is to analyze the socio-spatial segregation process that is expressed in the Metropolitan Area of Belo Horizonte (MABH) and investigate the peripheral expansion process towards the city of Ribeirão das Neves. The analysis process is to reference the formation of Neves municipality based on the location of prisons and popular allotments, illustrating the logic of the center-periphery structure. Research was carried out documentary and literature on the topic in articles, magazines and other data from IBGE and the João Pinheiro Foundation. Through

1 Universidade Federal de Viçosa – UFV, Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: osmarhrs@gmail.com

2 Universidade Federal de Viçosa, Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa - UFV. Associado I do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: italostephan@gmail.com

theoretical research was observed a rapid and significant growth of the urban network in the MABH, showing a socio-spatial inequality phenomenon in intra-metropolitan space. The socio-spatial segregation is one of the most significant dimensions of this phenomenon, especially in metropolitan peripheral municipalities, in this case Ribeirão das Neves. In this city there was the establishment of irregular settlements, together with the implementation of prisons, and stimulate the current scenario of a low degree of development to low-income population and a homogeneous landscape where is remarkable the absence of adequate infrastructure.

Keywords: Metropolitan Area of Belo Horizonte. Socio-spatial segregation. Metropolitan Periphery. Ribeirão das Neves.

RESUMEN

El crecimiento urbano de Belo Horizonte es un proceso de la población y la expansión territorial más allá de los límites de la ciudad. El objetivo de este estudio es analizar el proceso de segregación socio-espacial que se expresa en la Región Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e investigar el proceso de expansión periférica hacia la ciudad de Ribeirão das Neves. El proceso de análisis es para hacer referencia a la formación de municipio Neves basado en la ubicación de las prisiones y asignaciones populares, que ilustra la lógica de la estructura centro-periferia. Para la investigación se llevó a cabo el documental y la literatura sobre el tema en artículos, revistas y otros datos del IBGE y la Fundación João Pinheiro. A través de la investigación teórica se observó un crecimiento rápido y significativo de la trama urbana de RMBH, mostrando un fenómeno socio-espacial desigualdad en el espacio intra-metropolitana. Se encontró que la segregación socio-espacial es una de las dimensiones más significativas de este fenómeno, encontrar especialmente en los municipios periféricos metropolitanas su máximo, en este caso Ribeirão das Neves. En esta ciudad se produjo el establecimiento de asentamientos irregulares, junto con la aplicación de las prisiones, y estimular el actual escenario de un bajo grado de desarrollo de la población de bajos ingresos y un paisaje homogéneo donde es notable la ausencia de una infraestructura adecuada.

Palabras-clave: Región Metropolitana de Belo Horizonte. Segregación sócio-espacial. Periferia Metropolitana. Ribeirão das Neves.

Recebido em 24 de março de 2015

Aceito em 07 de agosto de 2015

INTRODUÇÃO

As Regiões Metropolitanas brasileiras tiveram seu crescimento populacional impulsionado pelas migrações internas, a partir dos anos 50, como consequências do Plano de Metas do governo JK. A concentração da população nas aglomerações metropolitanas se mostra nítida a partir da década de 1970 até o ano 2010, resultado do intenso fluxo migratório que se intensifica desde os anos 1970. Já em 1970, contabilizava-se quase a metade da população urbana brasileira residindo nos aglomerados metropolitanos selecionados. A expansão das regiões metropolitas é um assunto recorrente em estudos urbanos devido à importância para o entendimento do processo de expansão urbana e suas consequências para as cidades pertencentes a essas regiões.

O crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte não foge a regra e a partir dos anos 50 teve o aumento da população metropolitana com índices maiores que os do próprio estado. Ao longo desse processo de expansão o Vetor Norte Central da RMBH se tornou o principal eixo de ampliação urbana, além do título de mais pobre de toda área metropolitana. O município de Ribeirão das Neves, pertencente ao Vetor Norte, se destaca nesse contexto com um crescimento da população de quase 28% a.a. entre as décadas de 1970 e 1980. (IBGE, 1990).

O espaço urbano do município de Ribeirão das Neves insere-se no contexto metropolitana como 'cidade-dormitório' e estigmatizada como cidade violenta devido a presença das sete unidades prisionais em seu território. Considera-se que Ribeirão das Neves é um caso exemplar de persistência e aprofundamento da dinâmica centro-periferia de estruturação urbana, no contexto macrorregional da RMBH. Autores como CAMPOS (2009), FERNANDES (2008) e ANDRADE; MENDONÇA (2010) tiveram Ribeirão das Neves como objeto de estudo, observando às migrações intermunicipais, a autoconstrução e a favelização do município em questão. Nesse artigo será explorado o processo de expansão periférica de Ribeirão das Neves e seu papel na segregação socioespacial da RMBH, buscando analisar todo esse desenvolvimento e investigar quais foram os fatores que contribuíram para o cenário atual.

Com o objetivo de analisar o processo de segregação que se expressa na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no período de 1970 a 2010, e investigar o processo de expansão periférica em direção ao Município de Ribeirão das Neves o trabalho justifica-se na contribuição de estudo sobre segregação socioespacial em regiões metropolitanas.

METODOLOGIA

Sendo uma pesquisa de natureza básica e caráter qualitativo, este trabalho procurou construir uma análise urbana sobre a formação do espaço urbano de Ribeirão das Neves. Em um primeiro momento foi feita a coleta de dados secundários através de levantamento bibliográfico. A pesquisa foi feita utilizando as Leis Municipais que instituíram o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Ribeirão das Neves, disponíveis no endereço eletrônico da Câmara Municipal; no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram utilizados os dados dos censos demográficos de 1970 a 2010; Na Fundação João Pinheiro, tivemos acesso a relatórios do extinto PLAMBEL e pesquisas que a própria fundação fornece como exemplo a Pesquisa Origem Destino e o

Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves; Acesso ao endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Defesa Social onde foi feita pesquisa sobre as unidades prisionais presentes no território de Ribeirão das Neves. Os textos de Villaça (1998), Kowarick (1979), Mendonça (2002) e Souza et al. (2011) contribuíram para o estado da arte relativo à dinâmica de regiões metropolitanas, expansão urbana, segregação socioespacial, cidades presídio e periferia pobre.

Posterior à coleta e leitura dos documentos, os dados foram sistematizados e analisados para gerar informações que buscam atender os objetivos propostos. Com a leitura dos textos elaborou-se fichamentos para melhor organização das informações. Os dados do IBGE foram compilados para estruturação de tabelas comparativas. Informações contidas nos textos que abordam a evolução do espaço urbano de Ribeirão das Neves associados aos dados do IBGE serviram para novas interpretações do processo de expansão periférica do município e segregação do município em questão, atingindo assim os objetivos iniciais.

A CAPITAL BELO HORIZONTE E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

Baseada no projeto de Aarão Reis³, de 1894, Belo Horizonte cresceu a partir de um plano que previa uma diferenciação do seu território de acordo com as classes sociais. Foi uma cidade criada e planejada pelo poder público para se tornar polo político e econômico do estado de Minas Gerais.

O traçado central do plano é possível observar uma malha perpendicular de ruas cortadas por avenidas em diagonal; quarteirões de dimensões regulares e uma avenida em torno do perímetro, atualmente Avenida do Contorno. Destinada a abrigar o aparelho estatal e as residências dos funcionários públicos e antigos moradores de Ouro Preto. A zona suburbana, além dos limites da Avenida do Contorno, seria reservada para a futura expansão da cidade, caracterizada por padrões urbanísticos mais flexíveis e por precária provisão de infraestrutura e equipamentos urbanos, e para a localização de sítios e chácaras. A zona rural, por sua vez, estaria além da faixa suburbana e consistiria no cinturão verde, sendo formada por colônias agrícolas com a função de abastecer a cidade de produtos agrícolas e hortigranjeiros (CAMPOS, 2009).

Esse modelo criou um caráter elitista e segregatório a capital. O poder público tendo o controle ao acesso a terra era então o responsável pela ocupação dos terrenos. Apesar dos lotes serem transferidos para outros proprietários, muitos não foram prontamente ocupados, favorecendo a retenção de terras na zona urbana e a especulação imobiliária, o que intensificou o processo de segregação espacial do município de Belo Horizonte (CAMPOS, 2009).

De acordo com Fernandes (2008) com a construção da nova capital, muitos estrangeiros vieram habitar em Belo Horizonte. O motivo principal que levou a emigração da Europa foi à fuga da crise econômica que o continente estava passando. Esses imigrantes contribuíram para o processo de ocupação do solo e para a expansão territorial de Belo Horizonte. Porém, não havia na área urbana espaço para abrigar a população estrangeira nem a população nativa mais pobre, atraída pelas obras de

³ Foi o chefe da comissão de construção de Belo Horizonte. Aarão Reis desenhou o traçado urbano da nova capital mineira. Todo o planejamento de representação, arquitetura, e construção foi feito por ele nos anos entre 1894 e 1897.

construção do município. Não somente devido à ausência de terrenos como também principalmente aos altos preços da terra na zona urbana, tais fatores forçaram os segmentos menos favorecidos da população a se fixarem fora dos perímetros da Avenida do Contorno. Era clara a intenção dos idealizadores da capital em direcionar o adensamento da cidade a partir do centro em direção às periferias, conforme justificativa de Aarão Reis, sobre a Avenida Afonso Pena.

Na capital mineira, o Estado, um dos agentes responsáveis, atuou de forma a contribuir para a consolidação da segregação socioespacial, uma vez que foi o responsável pelo processo de ocupação do solo⁴. A área central era dotada de infraestrutura urbana, vias e aparatos comerciais e institucionais, entretanto não completamente ocupada, com altos preços de lotes, valores esses devidos ao intuito de selecionar a população que ali viesse habitar. A periferia, por outro lado, cresceu ausente de infraestruturas coletivas para a crescente demanda populacional,

O contexto atual das periferias que em alguns casos deram origem a cidades formadas confirma esse crescimento ausente de um planejamento adequado. Como exemplo, Ribeirão das Neves que com quase trezentos mil habitantes e não conta com um terminal rodoviário que facilite o acesso aos municípios vizinhos.

A intencionalidade do Governo do Estado em adensar a capital no sentido centro-periferia foi realizada com a adoção de preços diferenciados para os terrenos, de acordo com os recursos urbanos que as regiões detinham. Não somente o governo estadual atual de forma a proporcionar essa dinâmica, como também os promotores imobiliários que virão no território de Ribeirão das Neves áreas que seriam favoráveis para a instalação de loteamentos direcionados às famílias de baixa renda.

Segundo Fernandes e Brito (2008) o poder público planejou um sistema viário de forma que a área urbana fosse explicitamente separada das demais, mas que ao mesmo tempo o acesso da população residente nas áreas suburbanas fosse facilitado. A autora explica que a Avenida do Contorno foi construída com a função de “separar e valorizar a área urbana” e a Avenida Afonso Pena como a viabilizadora do “acesso da população de baixa renda à área central”:

No entanto, o Estado falhou em seu propósito de controlar a ocupação do solo e expansão do município, na medida em que favoreceu o processo de concentração da terra: o governo estadual permitiu que poucos indivíduos (ou grupos de indivíduos) se tornassem proprietários de um grande número de lotes. Em decorrência dessa concentração, o mercado imobiliário belo-horizontino passou a se caracterizar por intensa especulação (FERNANDES; BRITO, 2008, p. 41).

Villaça (1998) argumenta que inicialmente a expansão urbana de Belo Horizonte direcionou-se para o sul da zona urbana, em direção aos municípios limítrofes, todavia, com o gradual aumento da população de renda média e alta na zona central, não havia espaço para a classe popular. Nesse contexto, observou-se a criação de bairros destinados à população excluída, já que a busca por lotes com preços mais acessíveis fez com que a população menos abastada se afastasse cada vez mais da chamada

⁴ De acordo com Corrêa (1995) o espaço urbano é um produto social, no qual os muitos agentes que nele atuam, de acordo com seus interesses, buscam, uma (re)produção do espaço.

zona urbana delimitada pela Avenida do Contorno. A partir de então começa ficar claro o processo de periferização da capital mineira.

A história de Belo Horizonte revela o surgimento de duas cidades em uma só: uma oficial, planejada, e bem equipada em termos de serviços e equipamentos se com uma população rarefeita – “a Belo Horizonte dos ricos”; a outra, populosa, concentrando a precariedade e a carência – “a Belo Horizonte dos pobres”. (FERNANDES, 2008, p. 46)

É dessa maneira que o processo de periferização em Belo Horizonte decorreu de um contexto em que especulação imobiliária, observada na zona urbana central da cidade, atuou de forma intensa para acumular capital, contribuindo para o deslocamento da classe menos favorecida para as regiões nos arredores da capital. Esse deslocamento para as regiões periféricas foi intensificado, pela criação de loteamentos a partir dos anos 1970 (COSTA, 2007).

O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO

A Região Metropolitana de Belo Horizonte⁵ (RMBH) configurou-se a partir do processo de expansão e crescente influência da capital, ganhando impulso a partir do crescimento industrial na década de 1950, principalmente após a criação da Cidade Industrial, no município de Contagem (PLAMBEL, 1994). A Cidade Industrial Juventino Dias, como foi chamada, foi instituída pelos Decretos-Lei 770 de 20 de março de 1941 e 778 de 19 de junho de 1941. Entretanto foi efetivamente implantada em 1946. A instalação das indústrias Itaú, no ramo do cimento, e da Magnesita, no ramo de refratários, funcionou como alavanca para imprimir confiança e credibilidade ao projeto e, ao final dos anos 1950, a Cidade Industrial havia se transformado no maior núcleo industrial de Minas Gerais.

A partir das consequentes atividades terciárias exercidas nessa região juntamente com os assentamentos residenciais construídos ao redor, surge a primeira frente de conurbação na RMBH. A ocupação contínua do território da Cidade Industrial vai além do município de Contagem, avançando sobre o município de Belo Horizonte. Essa mancha, constituindo o chamado aglomerado metropolitano, expandiu, principalmente em duas direções: para o vetor norte, onde Vespasiano, Santa Luzia e Ribeirão das Neves apresentaram altas taxas anuais de crescimento demográfico; e em direção ao vetor oeste, correspondente ao eixo industrial e integrado por Contagem, Betim, Ibirité, Igarapé e Juatuba.

Nesse período, década de 1940, também foram construídos o complexo de lazer da Pampulha e a Cidade Universitária. Com esses dois empreendimentos, aliados a implantação da cidade industrial, o governo municipal intencionava recuperar a imagem de Belo Horizonte como cidade rica e moderna. Desse modo, procurou-se manter um alto padrão das moradias próximas da lagoa, mas não se conseguiu evitar a ocupação do seu entorno pela população de baixo nível de renda.

⁵Atualmente os municípios que compõem a RMBH: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

O município então cresceu em todas as direções e caminhou para a metropolização. Em 1940 a população de Belo Horizonte, igual a 211.377 habitantes, já ultrapassara os 200 mil para os quais a cidade havia sido projetada e, naquela década, seu incremento ocorreu de forma acelerada a uma taxa média em torno de 5,25% ao ano. Reconheceu, então, que a expansão da Capital deveria ser novamente planejada.

Figura 1 - Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: IBGE, 2010.

A partir da Lei Estadual nº 6.303, de 1974, foi então criado o ente gestor da RMBH sob a forma de uma autarquia estadual, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), que surgiu a partir do grupo técnico da Fundação João Pinheiro responsável pelo Plano Metropolitano de Belo Horizonte. Tal órgão foi responsável por uma rica e extensa experiência de planejamento integrado, pela elaboração de estudos, diagnósticos e planos de alto nível metodológico e técnico e pela formação de uma geração de planejadores.

De acordo com estudos realizados pelo Plambel (1983), a capital exercia um papel centralizador na RMBH, em comparação aos outros municípios integrantes, concomitantemente, um papel de exclusão para diversos segmentos da população em relação ao centro de Belo Horizonte.

Para Fernandes (2008), nos anos 1970, a expansão da capital mineira e da região metropolitana foi conduzida pela realização de investimentos na rede viária, proporcionando maior rapidez ao movimento pendular dos moradores das cidades circundantes à capital. Ainda nessa época tiveram início as obras de construção do metrô de superfície, a ampliação da Avenida Cristiano Machado, do complexo viário da Lagoinha e a construção da via Leste-Oeste. Esses investimentos reforçaram o sentido de expansão do município e da RMBH nas direções Norte e Oeste.

Com a articulação de projetos públicos e privados, em um contexto de intensa imigração metropolitana, a ausência de políticas públicas efetivas de habitação social, somadas ao alto preço das terras, além das desigualdades sociais, entre outros fatores estruturais caracterizaram a produção intensiva de loteamentos populares com diferentes graus de irregularidade fundiária e urbanística como principal alternativa habitacional para amplos setores da população na RMBH (SOUZA et. al, 2011).

Devido a esse cenário a chamada periferia metropolitana começa a surgir. O processo tem origem na década de 1930, sendo intensificado nas décadas de 1950 a 1970, principalmente nos eixos norte e oeste da RMBH, consolidando a conurbação entre vários municípios.

A intensidade do parcelamento do solo e sua efetiva ocupação produziram inicialmente uma conurbação de baixa densidade, cujos vazios foram sendo desde então ocupados pelos mais variados processos: parcelamento de áreas intersticiais, construção de lotes vagos, subdivisão de lotes, construção de várias unidades habitacionais no mesmo lote, além de aluguéis de cômodos, barracões, acréscimo de novos pavimentos, etc. (SOUZA, op. Cit). Este conjunto de práticas de apropriação do espaço constituiu parte importante das estratégias de sobrevivência e de geração de renda da população residente nestas áreas, e são, em grande medida, responsáveis pela manutenção de elevadas taxas anuais de crescimento da população urbana na RMBH e nos municípios situados no vetor Norte.

Tabela 1 - Belo Horizonte e Região Metropolitana
População total e taxa de crescimento (1970-2010)

Período	População		Taxa de Crescimento	
	BH	RMBH	BH	RMBH
1970	1.235.030	1.719.490	5,94	6,32
1980	1.780.855	2.676.392	3,73	4,52
1991	2.020.161	3.522.907	1,15	2,53

2000	2.238.526	4.358.171	1,17	2,44
2010	2.375.151	4.792.091	0,59	1,15

Fonte: Elaborando pelo autor com base no IBGE, Censos demográficos de 1970 a 2010.

Comparando-se as décadas podemos observar que o maior crescimento anual ocorreu nos anos 1970, na qual Belo Horizonte registrou uma taxa de 5,94 ao ano e a RMBH, 6,32.

Em relação aos municípios do vetor Norte da RMBH, a taxa de crescimento da população urbana foi mais expressiva no período 1970-1980, quando ocorreu a remoção de habitações populares e das atividades informais não compatíveis com o que era observável nas áreas centrais da RMBH (CAMPOS, 2009). Concomitantemente, temos nesse período o capital imobiliário passando a atuar provendo loteamentos populares ausentes de infraestruturas básicas nestas regiões, a exemplo do que ocorreu em Ribeirão das Neves.

Tabela 2 - População urbana de Belo Horizonte e dos municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte 1970 -2010

Município	População Urbana				
	1970	1980	1991	2000	2010
Baldim	3.322	3.529	4.345	4.818	5.067
Belo Horizonte	1.229.342	1.775.073	2.013.257	2.238.526	2.375.151
Capim Branco		2.555	5.526	7.146	8.090
Jaboticatubas		3.525	5.009	7.116	10.740
Lagoa Santa				35.396	48.949
Confins (*)	9.939	15.376	27.979	3.126	5.936
Matozinhos		14.357	21.788	27.664	30.877
Nova União		682	1.152	1.429	2.872
Pedro Leopoldo	13.498	20.884	32.891	43.479	49.953
Ribeirão das Neves	5.547	61.670	119.925	245.401	294.153
Santa Luzia	19.410	51.854	130.186	184.208	202.378
Taquaraçu de Minas		909	971	1.378	1.755
Vespasiano				75.213	104.527
S. José da Lapa(*)	5.281	21.096	35.390	8.904	11.400
RMBH	1.519.343	2.501.743	3.171.075	4.247.807	4.792.091

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

(*) Municípios novos, emancipados nas seguintes datas: Sarzedo - 21-12-95; Mário Campos - 21-12-95; São Joaquim das Bicas - 21-12-95; Confins - 21-12-95; Juatuba - 27-4-92; São José da Lapa - 27-4-92

Segundo Costa (2007), nos anos 1970 o estado de Minas obteve um expressivo crescimento econômico e industrial, entretanto, a maior parcela da população vivia em condições precárias, isto é, a metrópole mineira cresceu em cenário característico de uma cidade segregada. A atuação do Estado e dos agentes imobiliários contribuiu para o processo de segregação socioespacial, pois era responsabilidade do Estado a implantação de serviços públicos e para os agentes imobiliários tais serviços eram imprescindíveis para o preço das terras.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, em sua expansão, passou por dois fenômenos que influenciaram diretamente em sua dinâmica espacial: o processo de verticalização e o de expansão horizontal (SOUZA, 2008).

Em relação à verticalização podemos caracterizá-lo pelo confinamento da população em grandes prédios residenciais e para a expansão horizontal como sendo o fator principal para a ocupação de áreas nos municípios que já faziam parte da região metropolitana. A ocupação dessas áreas disponíveis configurou o crescimento da periferia na RMBH.

A relação existente entre o principal processo de periferização e as migrações intrametropolitanas é um fator evidente para se compreender o crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A ocupação extensiva e descontínua do espaço urbano, juntamente com a supervalorização das áreas já urbanizadas e ocupadas, foram processos que contribuíram para a estratificação social do espaço da RMBH. A mobilidade residencial de trabalhadores para os municípios do entorno da capital caracteriza o fenômeno de diferenciação espacial. Contagem e Betim, dois municípios de eixo industrial a oeste da capital, recebem parte dessa população, mas é no eixo norte, constituído por municípios sem tradição industrial – com exceção de Santa Luzia – e com baixa regulação do uso do solo, somada ao baixo valor da terra, que a imigração se revela mais intensa, em especial no município de Ribeirão das Neves (ANDRADE; MENDONÇA, 2010).

O PAPEL DE RIBEIRÃO DAS NEVES NA RMBH

Ao analisar os dados demográficos relativos à frente de expansão de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves constata-se uma avaliação relevante da expansão urbana da metrópole rumo às novas periferias.

Durante o processo de expansão urbana da capital mineira, o município de Ribeirão das Neves ofereceu aos loteadores, em meados da década de 1970, as condições ideais para a produção do loteamento popular, transformando-se em palco dos “mais de 50% dos lotes produzidos no período de 1975/1978, na Região Metropolitana” (COSTA, 1994, p.65). A história de Ribeirão das Neves revela uma cidade “sem dono, sem lei”, pois não havia fiscalização efetiva para a implantação dos loteamentos que cresciam rapidamente em todo município. Esse é um processo marcado pela procura da população por imóveis em terrenos de baixo custo e a oportunidade de fixar moradia próxima à capital.

Para melhor entender esse processo é preciso compreender como tal foi engendrado. Em 1938, foi inaugurada a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), considerada um modelo de modernização do sistema penitenciário. Essa primeira unidade prisional instalada no antigo Distrito de Neves, o qual pertencia à cidade de Pedro Leopoldo, foi o primeiro núcleo populacional do aglomerado, onde os funcionários e famílias dos presidiários começavam a se aglomerar. Com o desenvolvimento ao longo dos anos de Ribeirão das Neves, este foi emancipado de Pedro Leopoldo e reconhecido como município através da Lei 1.039 de 12 de dezembro de 1953. (Ribeirão das Neves, 2005).

Com o passar dos anos, Neves recebeu mais três unidades prisionais, medidas que firmaram a intenção do Governo do Estado em transformar o município em um “espaço-

carcerário". Segundo Campos (2009), não houve investimentos em serviços básicos de infraestrutura e atendimento da população, mesmo com a introdução das novas unidades prisionais. Esse contexto contribuiu para que Neves recebesse um estigma de 'cidade-presídio', o que era agravado pelos altos índices de violência e pobreza. De acordo com Mapa da Violência, realizado pelo Instituto Sangari (2011), Ribeirão das Neves está na 34ª posição no ranking dos municípios com maiores taxas média (2011/2013) de homicídio (por 100 mil) dos 243 municípios com mais de 4.000 adolescentes de 16 e 17 anos de idade. Os índices de rendimentos avaliados pelo IBGE, PNUD, FJP e DATASUS mostram que em 2010 mais de 83% da população de 10 anos ou mais de idade ocupadas recebem menos de dois salários mínimos. Caracterizando uma população homogeneamente pobre.

Segundo Andrade e Mendonça (2010), o município, além de caracterizado como cidade presídio, é tipificado como sendo uma cidade dormitório, visto que grande parcela da população residente em Neves encontra emprego e outros serviços básicos na capital.

A concentração de uma grande população de baixa renda, a ausência de uma base econômica capaz de absorver parte da força de trabalho na cidade e a falta de recursos para fazer frente à demanda por serviços públicos e infraestrutura urbana, formam um quadro de exclusão, e demonstram o papel de Ribeirão das Neves na RMBH. Desse modo o município insere-se na região metropolitana como um espaço carente, fraturado e desarticulado, caso exemplar da "espoliação urbana"⁶ e da persistência do processo de segregação socioespacial na metrópole belohorizontina.

Ribeirão das Neves foi crescendo ao longo dos anos mantendo uma distância relevante do centro urbano da capital, afastado do poder público, mas próxima o necessário para ser comandada e articulada de fora, pelo Governo do Estado.

RIBEIRÃO DAS NEVES: A PERIFERIZAÇÃO POBRE DA RMBH

Pode-se dizer que após a implantação da Penitenciária Agrícola de Neves em 1938, Neves passou a ser reconhecida, tendo uma função diante da região metropolitana:

"Pode-se afirmar que a Penitenciária foi construída para ser modelo não só para o Brasil, mas a América Latina. Passou a ser conhecida universalmente e a ser citada na França e na Itália. Ela representava, de fato, um marco para a reforma do sistema penitenciário, 'era um estabelecimento de reeducação, constituído segundo os moldes mais eficientes adaptados ao nosso meio essencialmente rural.'" (SOUSA, 2002, p. 64).

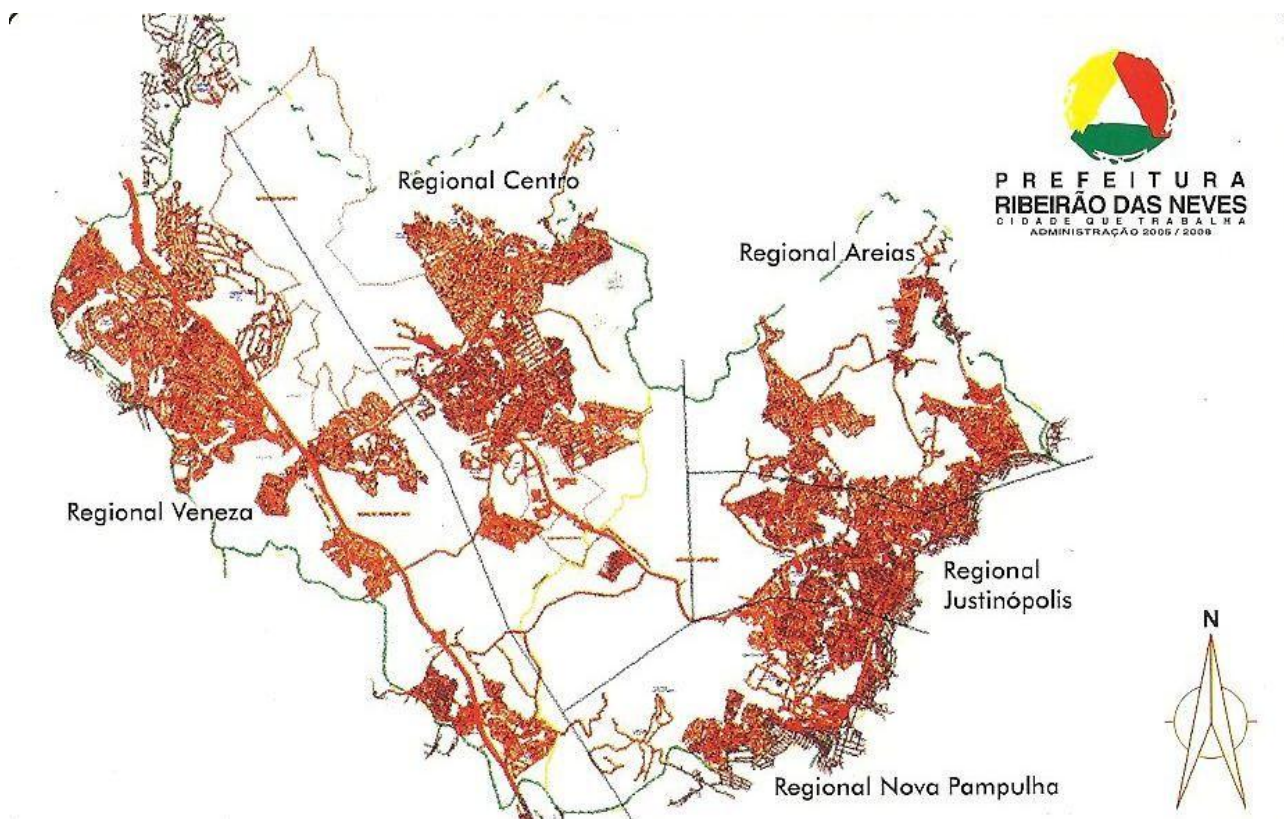
Portanto, a PAN teve papel fundamental na estruturação espacial da cidade, pois, além de concentrar população ao seu redor, significou um referencial forte da paisagem para a população, tal como evidenciado pelo texto transcrito a seguir:

⁶ Entende-se por espoliação urbana como o processo de exclusão aos serviços de consumo coletivo básicos para se habitar a cidade. Ver KOWARICH (1979, p. 59).

"Na década de 40, o Jardim da PAN (Penitenciária Agrícola de Neve) era o principal ponto turístico do município (...). Sua praça com belos jardins se transformou em ponto de atração em Ribeirão das Neves. Crianças usavam o espaço para brincar. Os detentos cuidavam dos jardins, executavam reparos nas casas da região e viviam integrados à sociedade." (Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, 1998, p.6).

Com a instalação de novas unidades penitenciárias, de acordo com Campos (2009), Neves passou a inserir o espaço metropolitano com a designação de "cidade-presídio"; fato que desestimulou o seu crescimento econômico e a valorização do espaço do distrito Sede. Já o Distrito de Justinópolis, inseriu-se no espaço metropolitano ao passo em que se conurba com Belo Horizonte e liga-se a Neves apenas pelo vínculo administrativo.

Figura 3 - Distritos de Ribeirão das Neves



Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (2009).

A intenção do governo do Estado era transformar o município em um "espaço carcerário", devido às características socioespaciais do território nevensense: a proximidade com a capital e a ausência de atrativos para desenvolvimento econômico da cidade. A falta de atenção para com a ordenação municipal repete-se, desde a construção da PAN, até os dias atuais. Como podemos perceber que com as construções das unidades prisionais a cidade não recebeu investimentos significativos nos setores básicos do município como educação, saúde, infraestrutura, geração de empregos, saneamento e habitação. Esse contexto proporcionou a Neves ser o vetor de crescimento de loteamentos precários que visavam uma população de baixa renda.

Ribeirão das Neves hoje é constituído de três regionais que, por suas peculiaridades, poderiam ser cidades independentes: a sede propriamente dita (Região

Centro); Veneza e regiões subjacentes, e Justinópolis, que engloba a regional de Areias e Nova Pampulha. Essas duas últimas regiões não dependem da Regional Centro para comércio, serviços bancários e transporte para a capital, entretanto moradores da Regional Veneza contam com o Hospital São Judas Tadeu, único localizado no centro da cidade e mais próximo de Justinópolis, onde existem mais duas unidades hospitalares.

O território do município de Ribeirão das Neves encontra-se subordinado e estruturado pela atuação do governo de Minas Gerais e pelo capital imobiliário. É tipicamente uma cidade dormitório, muito fragmentada territorialmente, ocupada por uma população de baixa renda, caracterizando-se como periferia pobre do Aglomerado Metropolitano⁷.

Neves entra no cenário metropolitano com característica de "cidade presídio" e "cidade dormitório" ambas as funções contribuem para que a cidade tenha uma imagem negativa quanto à atração de população, comércio e indústrias. A imagem de cidade presídio permanece ainda como estigma.

O preconceito que o estigma proporciona quando falam que são de Ribeirão das Neves. No ano de 2013 a população se uniu contra a implantação de um novo complexo penitenciário. Entretanto, as manifestações nas ruas e participações da sociedade civil em audiências públicas e reuniões com autoridades municipais e estaduais, além de um abaixo-assinado milhares de assinaturas, não impediram a construção de uma nova penitenciária, com capacidade para três mil detentos, inaugurada no mesmo ano.

A cidade ainda é caracterizada com um alto grau de dependência em relação a Belo Horizonte, principalmente no que diz respeito ao trabalho: quase metade da sua população trabalha em Belo Horizonte (FJP, 2004). Menos da metade da população trabalhadora exerce sua ocupação no próprio município.

Com uma população de composição socioeconômica homogênea, Ribeirão das Neves não possui grandes diferenças entre seu espaço periférico e central. A população se constitui na sua grande maioria de classe média baixa, com baixa renda e pouca escolaridade de acordo com dados do IBGE, PNUD, FJP e DATASUS (2011). A mobilidade diária dos moradores para cidades vizinhas a trabalho ou estudo é uma forma de observar a falta de oportunidades da cidade e a precariedade da mesma. Esse deslocamento é característico das áreas segregadas socioespacialmente uma estrutura de centro-periferia com a formação dos municípios "dormitórios" para a população pobre (ANDRADE e MENDONÇA, 2010).

A homogeneidade contribui para enfraquecer a capacidade de formação de capital social e, por conseguinte, fragiliza as condições para o desenvolvimento individual e coletivo:

Para os pobres urbanos espacialmente segregados e com laços trabalhistas frágeis parecem confluir pelo menos dois processos que reduzem as suas chances de acumular capital social. Por um lado, seu isolamento em relação a outros estratos da sociedade. Por outro, as dificuldades para constituir instituições e redes sociais locais que deem

⁷É denominado Aglomerado Metropolitano, a área compreendida por Belo Horizonte e parte dos municípios vizinhos, que se apresentam como continuidade do tecido urbano deste (MINAS GERAIS, 2013).

suporte a esse capital. (KAZTMAN E FILGUEIRA, 2006 *apud* ANDRADE e MENDONÇA, 2010).

Apesar de ser uma classificação de difícil mensuração, os autores acima exploraram alguns dados - renda per capita, arrecadação municipal - do Censo Demográfico de 2000 e 2010 para categorizar a população nevesense como homogênea. Tal estudo mostra que em Ribeirão das Neves apenas 1,18% da população recebe mais que 20 salários mínimos e mais de 70% recebem até cinco salários mínimos. Campos (2009) nomeia o espaço de Neves como sendo um "bairro popular" da RMBH, local de decisões políticas que se contradizem e não proporcionam o desenvolvimento da cidade:

Os processos decisórios do Município de Ribeirão das Neves são comandados e coordenados pelo Estado, *de cima para baixo*, como instância de poder superior e separada da vontade cidadã. Estado e coletividade municipal constituem-se, portanto, em forças antagônicas atuando dentro de um mesmo espaço, operando de modo desigual e contraditório, comprometendo os possíveis avanços em termos de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (CAMPOS, 2009, p. 113).

Ribeirão das Neves é em essência um "bairro popular", utilizando da nomenclatura de Campos (2009), que se localiza na periferia pobre da metrópole belo-horizontina e apresenta uma séria de carências estruturais.

CONCLUSÕES

A intenção do trabalho teve como interesse de estudo as desigualdades socioespaciais da região metropolitana de Belo Horizonte. A partir do município de Ribeirão das Neves, foi observado o fator socioespacial como predominantemente homogêneo com altas taxas de pobreza e violência. O levantamento bibliográfico sobre a formação de Belo Horizonte, sua expansão, metropolização e posteriormente periferização contribuiu para o entendimento do papel de Ribeirão das Neves na RMBH. Observamos que espaço urbano central da capital mineira destinou-se a classe com maior poder aquisitivo devido aos altos preços dos lotes e da presença de infraestruturas de uso coletivo, direcionando as classes de baixa renda às margens da cidade.

Ao compreendermos a desigualdade socioespacial presente no espaço urbano intrametropolitano, nesse caso, de Belo Horizonte, é observado que a segregação socioespacial constitui-se uma das dimensões mais expressivas desse fenômeno, encontrando principalmente nos municípios periféricos metropolitanos a sua máxima expressão. A magnitude desse processo encontra-se na dimensão do rompimento em relação ao status o qual a periferia se encontra historicamente inserida: novas formas de produção e apropriação do território, gerando mudanças significativas na estrutura urbana, que em Ribeirão das Neves, são identificadas através das penitenciárias e dos loteamentos irregulares aprovados a partir da década de 1950 que favoreceram um crescimento desordenado da cidade e sem infraestruturas coletivas básicas desses loteamentos. Dados do IBGE mostram o rápido crescimento de Neves em um curto intervalo de tempo, com taxas superiores a 27% entre as décadas de 1970 e 1980, já nas décadas seguintes o crescimento se mostrou menos expressivo e até na última década avaliada, 2010.

Com o crescimento urbano baseado na implantação da Penitenciária Agrícola de Neves, a PAN, Ribeirão das Neves atraiu mais outras unidades prisionais ao longo dos anos, fator que não contribuiu para a imagem e o desenvolvimento do município. Com um total de cinco penitenciárias, Neves confirma seu espaço carcerário frente à RMBH. Como observado, a proximidade e os acordos de interesses particulares dos governantes determinaram para que a cidade obtivesse o título de 'cidade-presídio'. O município sofre duplamente com o estigma, primeiro pela presença dos presídios e segundo por suas altas taxas de violência. Fernandes (2008) afirma que em consequência da incapacidade financeira de oferecer estímulos para o desenvolvimento da atividade industrial, juntamente com a escassez relativa de força de trabalho qualificada e caracterizado como "polo carcerário" o município não conseguiu atrair indústrias que se implantaram em outros municípios da RMBH.

Concomitantemente a isso, os loteamentos irregulares que começaram a ser implantados em Ribeirão das Neves antes mesmo de ser elevada a categoria de cidade, proporcionaram uma ocupação de má qualidade destinada à população de baixa renda. Dados do PLAMBEL (1983) mostram que até 1949 foram verificados 281 loteamentos no município, todos no distrito de Justinópolis. Posteriormente os loteamentos se espalharam por todo território nevensense, ainda com péssimas qualidades de infraestrutura urbana.

A expansão caracterizada como centro-periferia, proporcionou a Neves a concentração de uma população de baixa renda em seu território, onde os capitais imobiliários ao se apropriarem dos terrenos oferecidos a essa população, promoviam a territorialização em diversas áreas da cidade. Junto a isso temos a ausência de uma base econômica forte e escassos recursos públicos investidos na cidade, o que configura um cenário em que grande parte da população busca nas cidades vizinhas serviços de atendimento básico, trabalho, educação e lazer.

Campos (2009) relata que Ribeirão das Neves nunca se constituiu uma cidade propriamente dita. Ao observar a cidade como local do poder político, de lazer e do excedente coletivo, Neves ilustra um espaço fragmentado, desarticulado e com identidades frágeis. Observando a malha urbana do município podemos constatar o espaçamento entre suas regionais e distritos, o que dificulta uma administração conjunta e eficaz.

O Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, elaborados em 2006 buscaram promover um processo de mudança nas políticas urbanas para a melhoria da qualidade de vida da população e conter a perpetuação do padrão de urbanização que se disseminou no território municipal, marcado pela ilegalidade urbana e desintegração interna. Essa preocupação do Estado sinaliza um empenho em mudar a cidade, mas que contradiz o que se observa desde a origem de Neves: os processos decisórios são comandados e coordenados pelo Estado, "de cima para baixo" e "de fora para dentro", ou seja, como instância de poder superior e separada da política local. Esse fato pode ser constatado pelas políticas estatais que tratam a infraestrutura e equipamentos urbanos coletivos a exemplo dos setores privados, sem um real compromisso com os usuários e atendimento a uma necessidade diária, promovendo um contínuo processo de "espoliação urbana".

O estudo procurou entender o processo de crescimento da RMBH, enfatizando a periferização e segregação socioespacial ocorridos em Ribeirão das Neves. Com o

referencial teórico utilizado constatamos a negligência com o espaço urbano de Neves, onde é visível a necessidade de políticas públicas para melhoria de vida da população. As interpretações feitas através das leituras e análise dos dados coletados puderam demonstrar que o município vive uma realidade que se baseou na implantação de penitenciárias e loteamentos irregulares e ambos implantados de maneira imposta e sem preocupação com o desenvolvimento da cidade. O estudo da segregação socioespacial ganha contribuições quanto à realidade de municípios que sofrem influência de grandes metrópoles e que merecem atenção para que sejam minimizados os problemas vividos pela população, como é o caso de Ribeirão das Neves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. T.; MENDONÇA, J. G. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. *Cadernos da Metrópole*, PUC-SP, v. 23, p. 169-188, 2010.
- CAMPOS, P. R. O Município de Ribeirão das Neves: um bairro popular em um centro metropolitano. Ano de Obtenção: 2009. 188p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Minas Gerais.
- CAMPOS, P. R.; MONTE-MOR, R. L. M. O arquipélago de Ribeirão das Neves: a velha segregação na metrópole belo-horizontina. *Caderno de Produção Discente do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais., Belo Horizonte, p. 118 - 139, 30 nov. 2009.
- COSTA, G. M.; FLORES, C. E. A expressão sócio-econômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: *Encontro Transdisciplinar Espaço e População*, 2003 (Campinas). *Encontro Transdisciplinar Espaço e População*. Campinas: Unicamp/ABEP, 2003. v. 1.
- COSTA, H. S. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994. p.51-77.
- COSTA, H. S. M. . Some theoretical formulations on the production of popular residential land developments. *Etc (UFF)*, v. 1, p. 21-37, 2007.
- BÓGUS, L. M. M. ; TASCHNER, S. P. . A cidade dos anéis Metrópoles e transformações Urbanas (1). In: Toribio Lemos, MTB e Bahia, LH. (Org.). *Percursos da memória: construções do imaginário nacional*. Rio de Janeiro: NUSEG, 2000, v. , p. 465-484.
- FERNANDES, J. S. A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. Ano de obtenção: 2008. 194p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- FERNANDES, J. S.; BRITO, F. A expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização, nos anos 80 e 90. In: *Seminário sobre Economia Mineira*, XIII, 2008, Diamantina. *Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2008.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Pesquisa Origem Destino*: 2004. Belo Horizonte, 2004.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves*. 1980. 211p.
- KOWARICK, Lúcio. *Autoconstrução de moradias e a espoliação urbana*. In: *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.55-74.
- MENDONÇA, J. G. de. *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2002. 252f. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PLAMBEL. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves*. Belo Horizonte: [s.n.], 1983.
- PLAMBEL. *A Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.n.], 1994.
- SOUZA, L. G. R.; TORRES, L. P. P.; AZEVEDO, L. *Áreas urbanas centrais RMBH: Confins, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia*, Belo Horizonte. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana: Ministério das Cidades, 2011. 195 p. + 1CD-ROM
- RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. *Plano diretor do município de Ribeirão das Neves*. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.

SOUSA, E. A. Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do Bairro Metropolitano, Ano de Obtenção: 2002. 186p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC - MG.

VILLAÇA, F. J. M.. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel Editora, 1998. 373p.